CLIPPING IMPRESSO

12/05/2019

comunicação
& informação

I N D I C E

1. JORNAL ATOS E FATOS
   1.1. JUÍZES..... 1
2. JORNAL O IMPARCIAL
   2.1. DECISÕES..... 2 - 3
   2.2. JUÍZES..... 4
   2.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 5 - 7
3. JORNAL PEQUENO
   3.1. ASSESSORIA..... 8
   3.2. DESEMBARGADOR..... 9
   3.3. ESMAM..... 10
   3.4. JUÍZES..... 11
   3.5. VARA CRIMINAL..... 12

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ARTIGO:
O Valoroso Lápis, do juiz Osmar Gomes
PÁGINA 2

O Valoroso Lápis

Osmar Gomes dos Santos*

Estou em todo lugar. Basta a vontade irrefreável de trazer para o mundo concreto aqueles mais íntimos pensamentos, que lá me manifesto. Dou vida a ideias, retrato características por vezes abstratas de um real quase imaginário. Minha composição é por deveras simples – está na essência de quase tudo que existe – mas meu ofício é dos mais árduos.

Passo de mão em mão, empresta aqui, dá acolá. Como uma das mais belas metáforas, preciso sofrer na ponta de uma lâmina fria e afiada para oferecer o melhor de mim, ao mesmo tempo em que me consumo e me desfaço. Volto às minhas origens, como carbono que sou, na certeza de aqui regressar.

Sou instrumento de trabalho do poeta, escritor, de profissionais de várias áreas. Estou nos mais diversos ofícios e, certamente, estive presente na tenra idade, nas primeiras palavras rabiscadas por aquele que agora lê estes rascunhos deixados nesta página em branco, com quem funciono desde sempre em perfeita harmonia.

Traduzo o sorriso da criança no parque, tal como denuncio a tristeza no olhar do pequenino que vende balas entre um vermelho e outro de um semáforo qualquer. Critico com veemência as mazelas de uma sociedade por deveres carregada de hipocrisia, mas ao mesmo tempo repleta de solidariedade e compaixão.

Não tenho medo de retaliações e jogo pesado com aqueles representantes públicos cuja encenação não passa de uma mera tragédia da vida cotidiana, que em nada representam os interesses coletivos. Da mesma maneira, presto reverência àqueles que ousam fazer diferente e dignificam a confiança recebida de um povo.

Vivo um eterno paradoxo entre o belo e o feio, o sim e o não, o pode e o não pode, o certo e o errado. Afinal, qual é mesmo o lado certo da moeda, se não aquele que interessa a quem convém? Sou apenas um instrumento que traduz um copo que pode estar meio cheio ou meio vazio. Assim, muitas vezes deslizo na conveniência daquele que me conduz.

Trago notícias boas, de conquistas, de superação, de cura. Mas teimo em fazer lágrimas correr de rostos, por vezes ingênuos, tamanha a emoção da tristeza, das tragédias, que não posso fugir à missão de retratar. Como diz o dito popular: são ossos do ofício.

Sigo falando das nuances da vida, dos carmas, das infâncias abandonadas a uma árdua vida de duro trabalho. Aqui ou acolá, transcrevo em detalhes sórdidos as vidas ceifadas, as famílias que ficbam órfãs.

Já me reinventaram por diversas vezes. Formatos, aromas, tamanhos, cores. Mas minha essência permanece a mesma, e receio que assim se perpetuará. Decerto que nem sempre será possível deixar minha marca, eis que surge uma rebelde borracha, que adora pregar peças, e se posta a desfazer, bem-feito, aquilo nem sempre tenho zelo e esmero.

Apenas a borracha – e não é qualquer uma – é capaz de limitar minhas inquietações. Desfaz-se a linha mal traçada, meio fora de prumo, que reproduziu pensamentos que agora não passam de arrependimentos, de desilusão, daquilo que já não é mais.

Com ela vivo uma relação paradoxal, em alguns momentos de amor e ódio, já que ela insiste em apagar os traços que vou deixando pelo caminho. Por isso, preciso estar sempre seguro, convicto de minhas posições. Se errado, ela, a borracha, reaparece para me mostrar que nem sempre sou dono da razão.

Com humildade, reconheço minhas falhas e me refaço, tornando a deixar gravadas as minhas marcas. A bem da verdade, quisera eu que apenas as marcas boas ficassem para posteridade, que apenas as mágoas, tristezas, tragédias e tantas outras impressões ruins fossem simplesmente apagadas. Como seria bom!

Há casos em que, por força de norma, sou relegado e não posso me fazer presente. Ah, mas considerando a máxima de ser permitido o que não está proibido, aproveito para me deleitar em doces e ingênuas mãos, ainda que me afague de forma desajeitada e sem a coordenação apropriada. Que bom seria ser sempre levado por essa indolência pueril.

Mas reforço ser apenas um instrumento, cujo resultado de todo esforço também é o que chamamos de "mundo real", das dores e sofrimentos cotidianos.

Seguindo a régua e o compasso, ou mesmo descompassado, teimo eu em meus rabiscos, meus traços, traduzidos em música, poesia, notícias, desenhos. Aguço os mais diferentes sentidos na tentativa de, por vezes sem sucesso, causar uma impressão, deixar minha marca.

Sou um lápis, feito essencialmente de carbono. Minha principal característica é a persistência em transcrever, em alvas folhas de papel, aquilo que é captado com a alma. Faço, me desfaço e me refaço numa interessante trama dramatúrgica, que persiste em dialogar entre o real e o imaginário, dando vida e sentido a um cotidiano em preto e branco.

***Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

O estranho caso de Davinópolis, a cidade sem prefeito

POLÍTICA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

O estranho caso de Davinópolis

SAMARTONY MARTINS

O município de Davinópolis tem vivido uma das maiores crises administrativas do Maranhão, desde o assassinato do prefeito Ivanildo Paiva, que ocorreu em novembro do ano passado. A cidade atualmente conta com "dois prefeitos", ou nenhum, dependendo do ponto de vista.

Ivanildo Paiva (PRB) estava no segundo ano de seu segundo mandato eletivo quando foi assassinado a tiros dia 11 de novembro de 2018. Com a sua morte, a Prefeitura de Davinópolis cairia no colo do vice-prefeito, José Roberto Rubem Firmo (PRB), que assumiu o cargo logo após o sepultamento de Paiva.

Ocorre que com o prosseguir das investigações, a Polícia Civil apontou Firmo como o principal suspeito de ser o mandante do crime contra Paiva. Com isso, a Justiça determinou sua prisão no dia 31 de dezembro, apenas 48 dias após sua posse como prefeito.

Com a prisão, e seguindo a Lei Orgânica do município de Davinópolis, o comando passou para o presidente da Câmara, o vereador Raimundo Nonato dos Santos, também conhecido como Raimundo Coquinho.

De acordo com a lei, Coquinho teria o prazo de 60 dias para convocar novas eleições, prazo este que poderia ser prorrogado até 90 dias. Ocorre que o prazo final venceu em março e nada foi feito.

O principal imbróglio para a administração do município é que o vice-prefeito Rubem Firmo ainda não foi julgado. Sem haver o trânsito em julgado que transforma o acusado em condenado, não há como se determinar o afastamento definitivo do vice-prefeito.

Então, segundo informações da Procuradoria-Geral de Davinópolis, enquanto o Poder Judiciário não julgar Rubem Firmo, a Prefeitura do município continuará sob o comando de Raimundo Coquinho.

RAIMUNDO COQUINHO COMANDA O MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS DESDE JANEIRO

Além disso, o prazo de 60 (ou 90) dias para a convocação de novas eleições só começa a contar após a condenação final de Firmo. Como o mandato atual vai até o fim de 2020, as chances de Coquinho permanecer até lá são grandes. Há também a chance de Rubem Firmo ser absolvido e retornar normalmente às funções de prefeito.

O crime

Ivanildo Paiva foi encontrado morto com vários tiros a cerca de 2km de sua propriedade na Zona Rural de Davinópolis. O carro do prefeito do PRB foi encontrado na BR-010, ao lado da mata 50BIS, em Imperatriz.

A Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA) deflagrou no dia 11 de dezembro, nas cidades de Imperatriz e Grajaú (além de Dom Elizeu-PA), uma operação para o cumprimento dos mandados de prisões temporárias e buscas e apreensões domiciliares extraídos dos autos do Inquérito Policial que investiga o homicídio.

A operação resultou na prisão dos policiais militares Francisco de Assis Bezerra Soares, conhecido por "Tita", lotado no estado do Pará; e Willame Nascimento da Silva, lotado no estado do Maranhão. Também foram presos José Denilton Guimarães, vulgo "Boca Rica" e Jean Dearlen dos Santos, conhecido como "Jean Listrado". De acordo com as investigações, os quatro estão envolvidos na articulação e cooptação de pessoas para a execução do homicídio do prefeito.

Além disso, o vice-prefeito Rubem Firmo foi preso no dia 31 de dezembro, passando para oito o número de suspeitos do crime.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

O valoroso lápis

OSMAR GOMES DOS SANTOS
Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Estou em todo lugar. Basta a vontade irrefreável de trazer para o mundo concreto aqueles mais íntimos pensamentos, que lá me manifesto. Dou vida a ideias, retrato características por vezes abstratas de um real quase imaginário. Minha composição é por deveras simples – está na essência de quase tudo que existe – mas meu ofício é dos mais árduos.

Passo de mão em mão, empresta aqui, dá acolá. Como uma das mais belas metáforas, preciso sofrer na ponta de uma lâmina fria e afiada para oferecer o melhor de mim, ao mesmo tempo em que me consumo e me desfaço. Volto às minhas origens, como carbono que sou, na certeza de aqui regressar.

Sou instrumento de trabalho do poeta, escritor, de profissionais de várias áreas. Estou nos mais diversos ofícios e, certamente, estive presente na tenra idade, nas primeiras palavras rabiscadas por aquele que agora lê estes rascunhos deixados nesta página em branco, com quem funciono desde sempre em perfeita harmonia.

Traduzo o sorriso da criança no parque, tal como denuncio a tristeza no olhar do pequenino que vende balas entre um vermelho e outro de um semáforo qualquer. Critico com veemência as mazelas de uma sociedade por deveres carregada de hipocrisia, mas ao mesmo tempo repleta de solidariedade e compaixão.

Não tenho medo de retaliações e jogo pesado com aqueles representantes públicos cuja encenação não passa de uma mera tragédia da vida cotidiana, que em nada representam os interesses coletivos. Da mesma maneira, presto reverência àqueles que ousam fazer diferente e dignificam a confiança recebida de um povo.

Vivo um eterno paradoxo entre o belo e o feio, o sim e o não, o pode e o não pode, o certo e o errado. Afinal, qual é mesmo o lado certo da moeda, se não aquele que interessa a quem convém? Sou apenas um instrumento que traduz um copo que pode estar meio cheio ou meio vazio. Assim, muitas vezes deslizo na conveniência daquele que me conduz.

Trago notícias boas, de conquistas, de superação, de cura. Mas teimo em fazer lágrimas correr de rostos, por vezes ingênuos, tamanha a emoção da tristeza, das tragédias, que não posso fugir à missão de retratar. Como diz o dito popular: são ossos do ofício.

> Sigo falando das nuances da vida, dos carmas, das infâncias abandonadas a uma árdua vida de duro trabalho. Aqui ou acolá, transcrevo em detalhes sórdidos as vidas ceifadas, as famílias que ficbam órfãs.

Já me reinventaram por diversas vezes. Formatos, aromas, tamanhos, cores. Mas minha essência permanece a mesma, e receio que assim se perpetuará. Decerto que nem sempre será possível deixar minha marca, eis que surge uma rebelde borracha, que adora pregar peças, e se posta a desfazer, bem-feito, aquilo nem sempre tenho zelo e esmero.

Apenas a borracha – e não é qualquer uma – é capaz de limitar minhas inquietações. Desfaz-se a linha mal traçada, meio fora de prumo, que reproduziu pensamentos que agora não passam de arrependimentos, de desilusão, daquilo que já não é mais.

Com ela vivo uma relação paradoxal, em alguns momentos de amor e ódio, já que ela insiste em apagar os traços que vou deixando pelo caminho. Por isso, preciso estar sempre seguro, convicto de minhas posições. Se errado, ela, a borracha, reaparece para me mostrar que nem sempre sou dono da razão.

Com humildade, reconheço minhas falhas e me refaço, tornando a deixar gravadas as minhas marcas. A bem da verdade, quisera eu que apenas as marcas boas ficassem para posteridade, que apenas as mágoas, tristezas, tragédias e tantas outras impressões ruins fossem simplesmente apagadas. Como seria bom!

Há casos em que, por força de norma, sou relegado e não posso me fazer presente. Ah, mas considerando a máxima de ser permitido o que não está proibido, aproveito para me deleitar em doces e ingênuas mãos, ainda que me afague de forma desajeitada e sem a coordenação apropriada. Que bom seria ser sempre levado por essa indolência pueril.

Mas reforço ser apenas um instrumento, cujo resultado de todo esforço também é o que chamamos de "mundo real", das dores e sofrimentos cotidianos.

Seguindo a régua e o compasso, ou mesmo descompassado, teimo eu em meus rabiscos, meus traços, traduzidos em música, poesia, notícias, desenhos. Aguço os mais diferentes sentidos na tentativa de, por vezes sem sucesso, causar uma impressão, deixar minha marca.

Sou um lápis, feito essencialmente de carbono. Minha principal característica é a persistência em transcrever, em alvas folhas de papel, aquilo que é captado com a alma. Faço, me desfaço e me refaço numa interessante trama dramatúrgica, que persiste em dialogar entre o real e o imaginário, dando vida e sentido a um cotidiano em preto e branco.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

QUANDO O FILHO JÁ NASCE GRANDE...

"Ele apenas queria ter pai e mãe"

O casal Viviane Medeiros do Amaral Nogueira, 47 anos, engenheira, e Cláudio Martins Nogueira, 54 anos, psicólogo, é de Belo Horizonte e realizou um ato de amor dos mais raros de se ver. Adotou o Williams, que estava em um abrigo prestes a completar 18 anos. VIDA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Lição de vida

"Ele apenas queria ter pai e mãe"

PATRÍCIA CUNHA

A gestação dela foi de 5 meses, mas, ao contrário do que se pode pensar, o filho não foi prematuro. Na verdade, ele já era bem crescidinho. Com quase 18 anos. É isso mesmo. O casal Viviane Medeiros do Amaral Nogueira, 47 anos, engenheira e Cláudio Martins Nogueira, 54 anos, psicólogo, é de Belo Horizonte e realizou um ato de amor dos mais raros de se ver. Adotou o Williams, que estava em um abrigo preste a completar 18 anos. A história deles foi amor à primeira vista. O casal queria um filho e Williams, uma família. A troca se deu. Hoje, após 3 anos da adoção, a família está completa.

E essa história o casal conta pelo Brasil quando dá palestras em eventos sobre adoção. Conversei com eles sobre o assunto. Do começo ao fim da entrevista, o sorriso, o brilho no olhar e a plenitude de quem sabe que fez a coisa certa eram perceptíveis no casal.

Viviane e Carlos estão juntos há 12 anos. Ela tem um filho biológico, o Lucas, de 29 anos. E ele tem o Davi, de 16. Ambos são filhos de outros relacionamentos e ambos já alimentavam o desejo de adotar. Porém, Viviane queria uma criança de mais idade e Cláudio, uma mais nova. *"Mesmo antes de ter o Lucas, eu fui mãe aos 17 anos. Eu já tinha o desejo da adotar. O Cláudio também. A gente começou a frequentar um grupo de adoção de Belo Horizonte, por 6 anos, para amadurecer a ideia, porque eu queria adotar um adolescente e o Cláudio, uma criança mais nova. Então, a gente foi trabalhando, lendo, assistindo palestras, até que em uma reportagem sobre campanha de adoção crianças acima de sete anos e adolescentes, eu vi o meu filho que estava participando. Eu já o reconheci como filho"*, conta Viviane.

Quando ela tinha 9 anos a mãe tentou adotar uma criança, mas não se concluiu. Foi desde aí que se plantou a semente da adoção no coração da engenheira. *"Eu fiquei já com essa ideia no meu coração, de que quando eu ficasse adulta eu ia adotar. Na verdade não tem muita explicação, parece que nasce com a gente e Deus faz as coisas de uma forma tão linda que as coisas vão acontecendo de forma natural, e o desejo vai só aumentando"*, destaca a engenheira.

Questiono sobre o fato de lidarem com um jovem já crescido. Não bate um medo de algo não dar certo? *"Essa é uma pergunta que todo mundo faz porque todo mundo acha que ele está com o caráter formado, porém todo mundo está o tempo todo em transformação. Então quando a gente dá amor para uma criança, um jovem, um adolescente, tudo tende a se transformar. Eu não tive medo em momento algum, porque sabia que era meu filho que estava ali me esperando"*, acredita.

O desafio e os preconceitos

Para Carlos o medo não existiu. Mas o desafio sim. *"Na verdade o desafio é ter filhos. Não importa "se adotado ou biológico. A questão maior é a do preconceito da sociedade nesse aspecto. Ela acredita que um filho biológico ou um adotado que foi criado desde pequeno, que a gente vai moldar o caráter dele, Mas isso não acontece. Quantos filhos biológicos um dia vão crescer, vão ter dezoito anos e vão dar problema, como a grande maioria dos filhos dão? Ter filhos é um ato de coragem, independente se por adoção ou biológico."*

Viviane assegura que o um filho que vem pela adoção e que nasce para a família já adolescente apresenta um desafio maior porque tem uma história de vida já pregressa. *"Sabia que ia ser um desafio, e é um desafio. Mas é um desafio muito bom porque o amor é um amor de mãe incondicional e a gente está ali no dia a dia. Preconceito a gente vive diariamente, porque além do preconceito da adoção em si, que já existe no nosso país, porque as pessoas acham que é uma filiação inferior, desnecessária, há o preconceito racial, porque a nossa adoção é inter-racial , e ainda preconceito da idade"*, lamenta Viviane.

Sobre adoção tardia é um termo que Viviane não gosta de falar. Ela e o marido que tem a missão de desmistificar várias ideias sobre a adoção diz que a adoção acontece na hora certa sempre. *"É na hora de Deus. É um desafio muito grande lidar com isso e ter que mostrar para as pessoas que não tem nada de anormal, que não é nada demais, que não precisa ter medo, a gente tenta desmistificar isso em todos os lugares que a gente vai"*.

O "parto" no aeroporto

Foram cinco meses de gestação, até o primeiro encontro pessoalmente. Primeiro receberam uma autorização do juiz para um contato virtual, por cerca de 10 dias, porque Williams morava em Recife (PE) e eles são de Belo Horizonte (MG). Foram 10 dias sendo acompanhados pela psicóloga da Vara da Infância e depois foi feito um relatório, onde o juiz autorizou a ida deles para a capital pernambucana para eles terem 10 dias em convivência pessoal. *"Meu parto se deu no aeroporto, foi lá que dei o primeiro abraço, primeira vez que pude pegar meu filho no braço, tivemos imprevisto, perdemos o voo, mas foi maravilhoso"*.

Carlos conta que foram dez dias em que compartilharam experiências de vida. *"Doação é um ato de amor, porque é uma troca. Ele tinha desejo de ter uma família e nós de ter um filho. E adoção de um adolescente tem essa vantagem que já tem uma maturidade, uma experiência de vida que eles sabem o que ele querem e manifestam esse desejo através da fala. É amor de ambos os lados. E a sociedade acha que é um ato de caridade, e quando os pais vão para adoção acham que estão fazendo caridade é nessas circunstâncias que as vezes a adoção costuma não dar certo"*.

Sobre ser mãe e estar perto do dia delas, Viviane diz que se sente completa, realizada e com o mesmo sentimento de quando teve seu filho biológico. *"Não tem diferença a não ser a forma como ele veio para a gente e a sociedade precisa ver isso de uma forma mais aberta. Porque quando a gente vai na vara da infância a gente escolher um perfil, mas eles não escolhem os pais, eles estão abertos para receber amor e os pretendentes também tem que acabar com essa questão de perfil, porque a maternidade, a paternidade pode ser exercida em qualquer idade. O amor não tem idade"*, diz ela.

Carlos completa que no caso específico do Williams ele não perguntou se eles tinham carro, onde trabalhavam... *"ele não tinha perfil para pais, ele apenas queria ter pai e mãe, e isso ficou muito claro nas conversas que tivemos que ele sempre perguntava quando íamos levá-lo para nossa casa"*.

E querem adotar mais um? Eu pergunto. *"Gostaríamos. A gente está conversando ainda. Na verdade a gente já queria ter adotado, só que o Williams ainda não está preparado para uma nova adoção, porque ele ainda está curtindo muito o que ele não teve nesses 18 anos. E a gente precisa respeitar esse tempo dele, porque q a família toda precisa adotar. A família toda precisa estar de acordo senão não dá certo. Então a gente está trabalhando isso com ele, pra ele aceitar um novo irmão e a gente poder fazer uma nova adoção, independente de idade"*, diz Viviane.

> *Meu parto se deu no aeroporto. Foi lá que dei o primeiro abraço, primeira vez que pude pegar meu filho no braço. Tivemos imprevisto, perdemos o voo, mas foi maravilhoso*

Maranhão

Carlos e Viviane vieram a São Luís participar de palestras a convite do AME – Grupo de Apoio a Adoção. "Nós viemos a São Luís a convite da AME, que é superimportante falar sobre os grupos de grupo de apoio que são eles que nos ajudam a amadurecer a ideia que dão o suporte após a adoção e que esclarece todas as dúvidas", disse Carlos.

Os dados atualizados sobre adoção no Maranhão, validados pela justiça apontam que existem 100 pessoas habilitadas para adoção em São Luís, e 242 no Maranhão. Há 20 crianças e adolescentes com DPF (Destituição do Poder Familiar), sendo 8 meninas e 12 meninos: 2 de 0 a 5 anos, 2 de 6 a 10 anos, 13 de 11 a 15 anos e 3 acima de 15 anos.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção, Mais de 35 mil pessoas estão na fila da adoção no Brasil e 6,5 mil crianças e adolescentes esperam por uma família.

> *Ele não tinha perfil para pais, ele apenas queria ter pai e mãe*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos
acarloslua@folha.com.br

Presente de grego

Os três pilares que orientam as ações do Ministério da Economia no atual Governo Federal – entre os quais proposta da Reforma da Previdência – podem trazer sérias implicações sobre a vida social e o sistema constitucional vigente. É o 'Cavalo de Troia' que bate às nossas portas novamente trazendo oculto o vírus que pode devastar anos e anos de trabalho e de contribuição. O governo quer colher o fruto do suor de todos e meter a mão no bolso de cada trabalhador.

A Reforma da Previdência vem apresentada como um verdadeiro presente para os pobres. Mas todos nós sabemos que, em terras de Santa Cruz, historicamente os "privilégios" da Casa Grande são intocáveis, enquanto os "favores" da Senzala oscilam de acordo com o humor de quem está no poder. É o Governo se vergando às férreas leis do mercado. Por mais que venha recheada de belas palavras, a reforma apresentada é um "presente de grego".

Os argumentos são tão sólidos quanto um castelo de areia e fazem lembrar o famoso episódio do 'Cavalo de Troia, descrito pelo poeta Homero na Ilíada. Introduzido no interior da cidade, o "presente de grego" carregava dentro de si os inimigos que haveriam de destruí-la pela espada e pelo fogo. O mesmo ocorre com a Reforma da Previdência que nas entrelinhas das promessas, esconde o veneno que reduz a quota dos pobres, ao mesmo tempo que garante ou aumenta a quota dos ricos.

Nada de atenuar a distância entre o topo e a base da pirâmide social. Ao contrário, nas asas do vento a economia concentradora e excludente quer aprofundar o fosso entre os de cima e os de baixo. Cinco pessoas (famílias ou empresas) mais ricas da população possuem o equivalente à metade mais pobre dos brasileiros. Tal grau de concentração de renda e de riqueza, de resto, reflete a desigualdade socioeconômica predominante, que amplia de forma escandalosa as diferenças e reproduz discrepâncias. Surge uma pergunta inquietante. A Previdência Social é de fato deficitária? O que sabemos sobre essa caixa preta? Teme-se que a arrecadação da Previdência venha a ser usada para outros fins, inconfessados e inconfessáveis.

A mão de Paulo Guedes – farsa estridente do liberalismo – torna-se punho de ferro a favor de uns poucos, e em detrimento das necessidades básicas e urgentes de uma população pobre e abandonada. É o Estado a serviço da acumulação de capital.

A Reforma da Previdência está embasada em duas ideias genéricas. A primeira é a narrativa do deficit público contínuo, simbolicamente associada como defeito endógeno à Previdência Social. A segunda é a tese ou pressuposição de que existe um sistema previdenciário único, todo ele contaminado por privilégios, sendo a causa aparente do deficit e de outras malignidades do setor público. Há meias verdades e completas falsidades entremeadas na Reforma da Previdência, que nos exige um esforço prévio de esclarecimento sobre mudanças negativas. Quem entrar de forma compulsória ou 'induzida' no novo modelo torna-se integralmente refém das condições de gestão dos fundos privados, encarregados de recolher contribuições compulsórias e aplicar financeiramente estes recursos. Assim, a justiça social um dia sonhada pela Constituição de 1988 passa a ser uma famigerada miragem no deserto da desigualdade social, onde as poucas conquistas cedem espaço à liberalização total da pauta econômica.

Sob o discurso da austeridade, o Governo busca justificar o injustificável arrocho nos investimentos sociais, privilegiando políticas que servem ao pagamento de juros bancários. No fundo, o que está em jogo não é apenas o sistema previdenciário, senão um modelo de sociedade cada vez mais alinhado às perspectivas de mercado, sem qualquer segurança futura. O verdadeiro ajuste a ser feito pelo Governo seria no pagamento dos juros mais elevados do mundo, pagos sobre uma dívida repleta de ilegalidades, ilegitimidades e até suspeitas de fraudes.

Ao fazer tabula rasa do direito previdenciário e da estrutura real do mercado de trabalho, a proposta ora apresentada caracteriza uma autêntica ponte para o passado. Ela é, na verdade, uma operação de despiste para fazer o país voltar a gerar superavit primário para agradar as agências internacionais de risco. Propor uma reforma na Previdência Social em um momento de crise financeira é um ato de suicídio político. O Governo faz um cálculo sem considerar o que prevê a Constituição Federal nos artigos 194 e 195. Nesses dois artigos verifica-se que os recursos que pertencem à seguridade social, que financiarão os gastos com saúde, assistência social e previdência, são provenientes de várias fontes de receita.

A proposta é refutável. Toda a retórica em torno da reforma é forjada para privatizar a oferta de serviços públicos. Esse jogo político serve apenas para colocar em prática um projeto em que sistema financeiro absorve todas as dimensões da vida humana. Ou seja, empurra-se a população para fazer planos de previdência em fundos privados de capitalização, deslocando as pessoas para um serviço que deveria ser público.

A questão do deficit público no Brasil são os juros, e não a Previdência. Apesar do burburinho de que em tempos de crise econômica o vilão das contas públicas seria a Previdência, os números apresentados mostram algo bem diferente. A questão do deficit público no Brasil são os juros, e não a Previdência.

O Governo levanta a falsa ideia de que a estabilização da dívida pública no curto prazo dependeria da 'revisão do pacto social da redemocratização', mas esquece que o êxito do ajuste fiscal requer a revisão da cidadania social consagrada pela Constituição de 1988, marco do processo civilizatório brasileiro. Nesse campo de batalha, há dois modelos antagônicos de sociedade em disputa: o liberal e o desenvolvimentista. Embora a Previdência seja o alvo da vez, há muito mais em jogo.

A Previdência aparece como o "bode expiatório" que salvará as contas públicas. A questão da seguridade social tem servido como uma cortina de fumaça às questões de fundo da economia nacional, que é o gasto com os juros bancários.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

José Luiz Almeida
Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com

Não custa nada sonhar

Conheço, superficialmente, alguns países do primeiro mundo. E a sensação, ao chegar por lá, é que as instituições funcionam naturalmente, e a contento.
Todavia, pode ser apenas sensação mesmo, pois, em virtude de serem puro entretenimento, essas viagens não habilitam ninguém a falar com o necessário conhecimento sobre realidade do país visitado. Daí que, de rigor, não tenho parâmetros para fazer uma comparação consistente com o que acontece no Brasil. Sei, entrementes, fruto de informações, que há países onde as instituições funcionam de forma satisfatória, como deveria ser em qualquer lugar.
Conquanto não conheça o funcionamento das instituições alienígenas, posso dizer, por ciência própria, que as instituições por aqui não funcionam a contento, e muitas delas só vão na base do empurrão.
Os exemplos da ineficiência estatal no Brasil, nas suas mais diversas esferas, são tantos, que não teria como enumerá-los nesse espaço. Por isso, para ilustrar, vou me deter em apenas duas constatações que corroboram a nossa proverbial ineficiência, em face do mau funcionamento das instituições, muitas das quais, como anotei acima, só funcionam na base do empurrão, o que pode ser traduzido em qualquer tipo de vantagem pessoal ou patrimonial.
A primeira constatação nesse sentido condiz com a ineficiência do Poder Judiciário, como descrevo a seguir.
O cidadão procura o Poder Judiciário e apresenta uma demanda qualquer.
De rigor, se tudo funcionasse como se deseja e como preconiza a lei, o demandante deveria, tão somente, aguardar a decisão que lhe fosse favorável ou não; nesse sentido, tudo deveria fluir naturalmente. Formulado o pedido, portanto, ele não precisaria fazer mais nada senão aguardar que o processo fosse impulsionado até a decisão final.
Entretanto, não é o que ocorre, uma vez que os obstáculos são enormes, a configurar, algumas vezes, a negativa de acesso à jurisdição, estabelecendo um verdadeiro estado de desconforto constitucional.
Os empecilhos à entrega do provimento judicial vão desde o tratamento descortês, passando, outras vezes, pelo excesso de burocracia e, outras tantas, pela falta de empenho de quem tem o poder de decidir; óbices que, triste registrar, estimulam, com tudo que têm de trágico e danoso, o tráfico de influência e a exploração de prestígio, quando não o exercício arbitrário das próprias razões.
Nesse cenário, a sensação que todos têm é de que o Poder Judiciário não cumpre bem o seu desiderato. Daí que uma solução adjudicada é quase uma aventura da qual poucos se dispõem a participar, razão por que se tem estimulado as vias alternativas de composição de litígios.
A segunda constatação é, da mesma forma, inquietante, uma vez que também traduz o mau funcionamento das nossas instituições; aqui a solapar os nossos sonhos, a nos impingir desalento, como descrevo a seguir.
O Poder Legislativo, como sabido, tem como função precípua legislar. Mas, olhando os fatos de frente, parece que não é bem assim. Há como que um abismo entre as teorias em torno do funcionamento do poder legiferante e sua determinação para efetivamente cumprir o seu papel.
Explico.
O normal seria, na teoria, que, chegando uma proposta de reforma legislativa de iniciativa de outro Poder - reforma da previdência, por exemplo -, o Poder Legislativo fizesse naturalmente a sua parte, ou seja, examinasse a questão e sobre ela deliberasse, de forma a decidir o que fosse melhor para país. É dizer, no cenário por mim idealizado, cada legislador, no caso específico aqui tratado, deveria fazer a sua parte.
Simples assim? Não é o que ocorre, inobstante, para o espanto dos que, assim como eu, imaginam que cada um deva apenas cumprir o seu papel institucional.
Em vez de o Poder Legislativo decidir acerca da questão a ele submetida, deliberando acerca do que seja melhor para o país - afinal os seus membros foram eleitos para isso -, o que vejo, no caso específico da reforma da previdência, são argumentos de alguns congressistas de que o autor da proposta de reforma, no caso o Poder Executivo, tem que construir uma base de apoio, tem que dialogar com os parlamentares, tem que conquistar os votos necessários à reforma, pois, caso contrário, ela não passa.
Como? E o interesse público, não conta? E se o Poder Executivo entender que não tem afago, não se vota a reforma? O que significa mesmo a construção de uma base de apoio? No que se traduz a afirmação de que o Executivo tem que conquistar os votos necessários à reforma? O que significa afagar os deputados? Como se dão essa conquista, esse afago, essa construção de uma base de apoio? Será que não causa desconforto moral aos eleitos para nos representar, condicionar o seu apoio aos afagos e às conquistas em face da ação do Executivo?
Indago: Eu, como magistrado, como homem público, enfim, preciso de algum afago, de ser conquistado para decidir? E se, porventura, recebo algum afago ou me submeto a alguma conquista, é possível traduzir em palavras o que significam, nesse caso, o afago e a conquista? E se eu não os receber, não decido? E se essa famigerada base parlamentar não for conquistada, como fica a reforma da previdência? Não passa? E o Brasil, como fica? E o brasileiro, não importa?
Quer dizer, então, que se essa base não for construída, se não houver mesuras aos deputados, se eles não forem aquinhoados com algum cargo para algum acólito no Executivo, a reforma, ainda que necessária ao país, vai para as calendas?
Confesso que não consigo compreender.
Dia desses ouvi um deputado dizendo que o Executivo começava a conversar com o Legislativo para construir uma base de apoio e que a reforma agora pode sair. Que conversa foi essa que tantas alvíssaras despertou em torno da reforma da previdência? Como eleitor, posso saber o teor dessa conversa?
Mas se dessa conversa não resultar nenhum entendimento que possa ser traduzido numa conquista, num afago, como ficam os treze milhões de desempregados? Só isso não seria suficientemente afagoso para conquistar, para sensibilizar um deputado? E se as emendas parlamentares não forem liberadas, também não haverá reforma?
Tento, mas, definitivamente, não entendo. Cá do meu canto, quiçá ingênuo, mesmo não compreendendo esse jogo político, porque não fui forjado nessa cultura, ainda espero que, mesmo sem afagos, sem conquistas, sem mesuras e sem trocas, a reforma da previdência, porque necessária, seja aprovada.
Essa reforma, dependendo do que dela resultar, pode ser, sim, um divisor de águas, estabelecendo uma necessária mudança de cultura, que, decerto, fará bem ao país.
E se, de repente, numa crise de sensatez, os nossos representantes concluírem que, com ou sem afagos, com ou sem conquistas, com ou sem a construção de uma base parlamentar, a reforma deva ser feita, pelo bem do país?
Poucos são os que acreditam nessa possibilidade.
Eu, do meu lado, ingênuo, mas otimista, ainda creio no discernimento dos nossos homens públicos. Afinal, como diz o poeta, sonhar não custa nada; não se paga para sonhar.
É isso.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Kátia Persovisan
katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
Curta o facebook: https://www.facebook.com/persovisan
Blog: http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/

CONTEXTO

Incentivo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com o apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), inicia, nesta segunda-feira (13), um amplo programa para consolidação de projetos e instrumentos de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário. As ações serão apresentadas no Seminário "A Gestão de Projetos nas Organizações Públicas: uma perspectiva estratégica sobre as Políticas Públicas Judiciárias", que acontecerá das 9h às 12h, no Auditório da Associação dos Magistrados (AMMA). Participam do evento cerca de 150 magistrados, servidores do sistema de Justiça e profissionais que atuam ou têm interesse na elaboração de projetos institucionais. O objetivo é adequar os projetos ao objetivo institucional e às políticas públicas judiciárias, a fim de que cumpram suas finalidades sociais e sejam reconhecidos como ferramentas de intervenção na realidade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

O VALOROSO LÁPIS

Estou em todo lugar. Basta a vontade irrefreável de trazer para o mundo concreto aqueles mais íntimos pensamentos, que lá me manifesto. Dou vida a ideias, retrato características por vezes abstratas de um real quase imaginário. Minha composição é por deveras simples – está na essência de quase tudo que existe – mas meu ofício é dos mais árduos. Passo de mão em mão, empresta aqui, dá acolá. Como uma das mais belas metáforas, preciso sofrer na ponta de uma lâmina fria e afiada para oferecer o melhor de mim, ao mesmo tempo em que me consumo e me desfaço. Volto às minhas origens, como carbono que sou, na certeza de aqui regressar.

Sou instrumento de trabalho do poeta, escritor, de profissionais de várias áreas. Estou nos mais diversos ofícios e, certamente, estive presente na tenra idade, nas primeiras palavras rabiscadas por aquele que agora lê estes rascunhos deixados nesta página em branco, com quem funciono desde sempre em perfeita harmonia.

Traduzo o sorriso da criança no parque, tal como denuncio a tristeza no olhar do pequenino que vende balas entre um vermelho e outro de um semáforo qualquer. Critico com veemência as mazelas de uma sociedade por deveres carregada de hipocrisia, mas ao mesmo tempo repleta de solidariedade e compaixão.

Não tenho medo de retaliações e jogo pesado com aqueles representantes públicos cuja encenação não passa de uma mera tragédia da vida cotidiana, que em nada representam os interesses coletivos. Da mesma maneira, presto reverência àqueles que ousam fazer diferente e dignificam a confiança recebida de um povo.

Vivo um eterno paradoxo entre o belo e o feio, o sim e o não, o pode e o não pode, o certo e o errado. Afinal, qual é mesmo o lado certo da moeda, se não aquele que interessa a quem convém? Sou apenas um instrumento que traduz um copo que pode estar meio cheio ou meio vazio. Assim, muitas vezes deslizo na conveniência daquele que me conduz.

Trago notícias boas, de conquistas, de superação, de cura. Mas teimo em fazer lágrimas correr de rostos, por vezes ingênuos, tamanha a emoção da tristeza, das tragédias, que não posso fugir à missão de retratar. Como diz o dito popular: são ossos do ofício.

Sigo falando das nuances da vida, dos carmas, das infâncias abandonadas a uma árdua vida de duro trabalho. Aqui ou acolá, transcrevo em detalhes sórdidos as vidas ceifadas, as famílias que ficbam órfãs.

Já me reinventaram por diversas vezes. Formatos, aromas, tamanhos, cores. Mas minha essência permanece a mesma, e receio que assim se perpetuará. Decerto que nem sempre será possível deixar minha marca, eis que surge uma rebelde borracha, que adora pregar peças, e se posta a desfazer, bem-feito, aquilo nem sempre tenho zelo e esmero. Apenas a borracha – e não é qualquer uma – é capaz de limitar minhas inquietações. Desfaz-se a linha mal traçada, meio fora de prumo, que reproduziu pensamentos que agora não passam de arrependimentos, de desilusão, daquilo que já não é mais.

Com ela vivo uma relação paradoxal, em alguns momentos de amor e ódio, já que ela insiste em apagar os traços que vou deixando pelo caminho. Por isso, preciso estar sempre seguro, convicto de minhas posições. Se errado, ela, a borracha, reaparece para me mostrar que nem sempre sou dono da razão.

Com humildade, reconheço minhas falhas e me refaço, tornando a deixar gravadas as minhas marcas. A bem da verdade, quisera eu que apenas as marcas boas ficassem para posteridade, que apenas as mágoas, tristezas, tragédias e tantas outras impressões ruins fossem simplesmente apagadas. Como seria bom!

Há casos em que, por força de norma, sou relegado e não posso me fazer presente. Ah, mas considerando a máxima de ser permitido o que não está proibido, aproveito para me deleitar em doces e ingênuas mãos, ainda que me afague de forma desajeitada e sem a coordenação apropriada. Que bom seria ser sempre levado por essa indolência pueril.

Mas reforço ser apenas um instrumento, cujo resultado de todo esforço também é o que chamamos de "mundo real", das dores e sofrimentos cotidianos.

Seguindo a régua e o compasso, ou mesmo descompassado, teimo eu em meus rabiscos, meus traços, traduzidos em música, poesia, notícias, desenhos. Aguço os mais diferentes sentidos na tentativa de, por vezes sem sucesso, causar uma impressão, deixar minha marca.

Sou um lápis, feito essencialmente de carbono. Minha principal característica é a persistência em transcrever, em alvas folhas de papel, aquilo que é captado com a alma. Faço, me desfaço e me refaço numa interessante trama dramatúrgica, que persiste em dialogar entre o real e o imaginário, dando vida e sentido a um cotidiano em preto e branco.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Acusados da morte de Ana Clara em ataques a ônibus vão a júri popular na segunda-feira

FOTOS: DIVULGAÇÃO

"Praguinha", "Dragão", La Ravardiére e "Paiakan" serão julgados amanhã pela morte da pequena Ana Clara, em 2014

NELSON MELO

Serão julgados, em sessão do Tribunal do Júri, na segunda-feira (13), os membros do Bonde dos 40 Jorge Henrique Amorim, o "Dragão"; Wilderley Moraes, o "Paiakan"; Hilton John Alves Araújo, o "Praguinha"; Thallyson Vitor Santos e La Ravardiére Silva Rodrigues de Sousa Júnior, o "Júnior Black". Eles são acusados da morte da pequena Ana Clara Santos Sousa, de 6 anos, uma das vítimas dos ataques criminosos do dia 3 de janeiro de 2014, durante o incêndio ao ônibus da linha Vila Sarney Filho, em São José de Ribamar.

O julgamento acontecerá em São José de Ribamar, no Fórum Lauro de Berredo Martins, sendo que começará por volta das 8h. Foram denunciados seis envolvidos, mas um não estará no júri popular porque já faleceu. Trata-se de Giheliton de Jesus Santos Silva, conhecido como "Gil", "Saimon" ou Mingau", considerado um dos mandantes dos ataques a ônibus e prédios públicos em janeiro de 2014 na região metropolitana de São Luís.

"Gil", que era um dos fundadores do Bonde dos 40, foi morto no Complexo Penitenciário de Pedrinhas em 13 de junho de 2016, na Penitenciária Regional de São Luís, antigo Presídio São Luís 3 (PSL 3). O grupo dos acusados será julgado por homicídio consumado e tentativa de homicídio, pois outras pessoas saíram lesionadas no incêndio, como Juliane, Lohanny, Márcio Ronny e Abianci.

O "salve geral" da facção saiu das celas do Complexo de Pedrinhas, sendo que os executores foram Thallyson, La Ravardiére e alguns adolescentes, conforme inquérito policial da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

CONCLUSÃO DO INQUÉRITO

O inquérito que apurou a morte de Ana Clara foi concluído no dia 15 de janeiro de 2014, por meio do delegado Roberto Wagner, então da Seic e hoje titular da Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor). Foram indiciadas, no total, 16 pessoas, entre mandantes e executores do incêndio. Dentre os enquadrados na lista, quatro são adolescentes. Três deles foram transferidos para o presídio federal de segurança máxima de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, no dia 20 de janeiro daquele ano.

Segundo informou na época o delegado Roberto Wagner, o inquérito foi encaminhado para a Comarca de São José de Ribamar. Wilderley Moraes, Hilton John Alves, Jorge Henrique Amorim Martins e Giheliton de Jesus Santos Silva foram os mandantes do ataque àquele ônibus, conforme consta do documento. Desses, apenas o último não foi transferido, naquele ano, para o presídio federal, sendo que ele era considerado um dos criadores do "Bonde dos 40", junto com Alan Kardec Dias Mota, o "Kardec", que também já está morto, pois foi assassinado no Complexo de Pedrinhas em 7 de janeiro de 2018.

Ainda segundo o inquérito, os executores do incêndio indiciados foram: Thallyson Vítor Santos Pinto; La Ravardiére Silva Rodrigues de Sousa e Hélio Henrique Correa Lopes, o "Nariz"; bem como os quatro menores apreendidos e citados no auto de investigação de

Roberto Wagner. Entretanto, outros criminosos, também, estão descritos no documento, mas o delegado preferiu não nominá-los, por motivos puramente investigativos.

Eles foram indiciados por homicídio triplamente qualificado; quatro tentativas de homicídios; dano qualificado; porte ilegal de arma e corrupção de menores; bem como pela Nova Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/2013). Segundo o delegado, no dia 20 de janeiro, o Ministério Público, também, entrou no processo, acatando denúncias recebidas sobre a morte de Ana Clara – que faleceu três dias depois do incêndio criminoso, no Hospital Infantil Juvêncio Matos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo